

Equilíbrio Financeiro entre Servidores Públicos e Prestadores de Serviços em João Pessoa

Helena Nascimento da Silva Alves Pontes¹
Larissy Carneiro Nascimento Ayres²
Odilon Saturnino Silva Neto³
Valéria Louise de Araújo Maranhão Saturnino Silva⁴

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo comparar as práticas financeiras de funcionários efetivos com as de prestadores de serviços (terceirizados) de um Hospital Público de João Pessoa, estando aí incluídas hábitos de consumo e de investimentos e sua relação com a educação financeira. Para tanto, foi aplicado um questionário a uma amostra de 183 respondentes. Os resultados demonstraram a existência de maior equilíbrio financeiro entre efetivos, sendo mais relevante nos casos do gênero masculino, com maior nível de escolaridade e renda e na condição civil de casado, sendo evidente a necessidade de orientação financeira, especialmente aos que não têm estabilidade empregatícia.

PALAVRAS CHAVE: Equilíbrio Financeiro; hábitos de consumo e de investimentos; Educação Financeira.

1. INTRODUÇÃO

Muitas correntes científicas como a Psicologia Econômica, o Marketing e as Finanças Comportamentais têm focado em estudar as decisões tomadas pelos indivíduos quanto ao ato de comprar, consumir, poupar, vender, investir e se endividar. Isso possivelmente deve se dar pelo fato do consumo ser excessivo por parte dos indivíduos que, em sua maioria, contraem dívidas por terem pouca ou nenhuma habilidade de lidar com o dinheiro, por não se preocuparem em fazer um planejamento financeiro ou até mesmo por motivos implícitos em razões sociais ou psicológicas.

Diante disso, vê-se como essencial ter a compreensão dos conceitos sobre educação financeira, bem como enxergá-la como uma ferramenta de tomada de decisão por parte das pessoas de modo a melhorar sua condição de vida nos aspectos de tranquilidade e formação de patrimônio. Neste sentido o equilíbrio financeiro entra como uma das condições essenciais na vida do cidadão, embora nem sempre apreciado pela população. A qualidade de vida das pessoas está diretamente ligada à situação financeira (PICCINI E PIZENTTA 2014).

No contexto brasileiro a educação financeira não é abordada na maioria dos currículos escolares, desde a educação infantil até as instituições de ensino superior, inexistindo disciplinas sobre dinheiro, orçamento familiar e pessoal, planejamento financeiro e cadeiras específicas sobre o assunto (BORGES E FECILCAM, 2010).

¹ Graduada em Administração pelo Instituto Federal da Paraíba – IFPB

² Graduada em Administração pelo IFPB

³ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Professor do IFPB

⁴ Doutora em Administração pela UFPE e Professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB

O tema planejamento financeiro pessoal entra por sua vez dentro dessa temática da alfabetização e educação financeira e que tem estado presente em diversas discussões, prevalecendo a precisão de fazer com que as pessoas comecem a gerenciar sua vida financeira, de forma ponderada e planejada, de modo a obter reservas financeiras que lhes garantirão uma melhor qualidade de vida no futuro (VILAIN E PEREIRA, 2013). Nesse sentido, a prática do planejamento se torna importante e a sua necessidade surge muitas vezes em detrimento do descontrole financeiro atrelado às mudanças que fogem da situação do indivíduo e inviabiliza algumas pessoas a estabelecerem um controle maior de suas finanças.

Segundo Piccini e Pizentta (2014) o planejamento organizado do consumo ou despesas pessoais e da família é premissa básica para a melhoria econômica e cultural do cidadão. A situação financeira é uma questão que preocupa muita gente e pode ser confirmada por estudos realizados na Universidade de Cambridge, cujos resultados evidenciam que três em cada 10 pessoas afirmam se sentirem mais contentes quando sua condição financeira está controlada.

Dada a importância dessas questões abordadas, o estudo pretendeu comparar as práticas financeiras dos efetivos com os prestadores de serviços e terceirizados, pautando os hábitos de consumo, se eles investem, quais são suas atitudes em detrimento de um assunto tão complexo e que apresenta como problemática: Como os hábitos de consumo e investimento relacionam-se com a educação financeira. A pesquisa elencou alguns pontos na fundamentação relacionados à educação financeira, planejamento financeiro e o nível de endividamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Alfabetização e Educação Financeira

Os construtos relacionados à alfabetização financeira e educação financeira são bem confundidos e muitos acham que são sinônimos, porém na verdade estudiosos apresentam concepções e contribuições distintas que podem ajudar os indivíduos na hora das decisões econômicas e financeiras. Segundo Anderloni e Vandone (2010) a educação financeira pode ser entendida como uma medida preventiva, permitindo que as pessoas adquiram o conhecimento de problemas financeiros e possam gerenciar adequadamente suas finanças.

Potrich et al. (2014) mostra argumentos de Hunston (2010) que a alfabetização financeira é o conhecimento que se adquire do assunto e a sua aplicação no gerenciamento das finanças pessoais. Sabe-se que devido à era da informação e dos grandes avanços proporcionados pela ciência e tecnologia é necessário se manter atualizado em diversas áreas, incluindo a área financeira.

Variáveis socioeconômicas apresentam relação com o nível de alfabetização financeira, já que os baixos níveis de renda estão associados a esses níveis, na medida em que o acesso ao conhecimento financeiro é mais restrito. O estado

civil e a experiência profissional também apresentam ligação com essa temática. Os solteiros são mais propensos a ter menores níveis de conhecimento financeiro se comparados aos casados (PARABONI *et al.* 2013).

2.2. Planejamento Financeiro Pessoal

Com a ampla motivação ao consumo que ao qual sociedade está exposta, atrelado às facilidades de crédito faz com que os indivíduos tenham uma prática de consumo exacerbado, priorizando o gasto imediato do dinheiro sem se preocupar em fazer uma reserva para o futuro. Ter um controle das finanças baseada no planejamento de gastos, definindo metas e objetivos, como quais bens que se quer obter, quanto poupar para custear suas despesas de acordo com a sua renda, são necessárias para o indivíduo que deseja uma situação financeira estável e capaz de atender a suas demandas de consumo (GIARETA, 2011).

Essas atitudes trarão mais tranquilidade e qualidade de vida. Ter esse conhecimento de como administrar sua renda é que faz a diferença para o sucesso ou fracasso do orçamento pessoal e familiar, porque lidar com o próprio dinheiro é uma tarefa difícil (PICCINI E PIZENTTA, 2014).

Segundo os mesmos autores ter “disciplina é um fator fundamental para esse tipo de controle” (2014, p.97). Cultivando o simples hábito de fazer anotações, já são passos importantes para tomar as rédeas do orçamento, assim como ter a prática de evitar juros, abusos, valorizar pequenas somas e optar por atividades que não gastem, ocasiona uma economia, e com organização e dedicação, pode gerar subsídio para uma poupança garantindo segurança financeira (PICCINI e PIZENTTA, 2014).

De acordo com Giareta (2011), definido os objetivos e traçado as estratégias para formação de reserva o passo posterior é decidir o horizonte de investimento para esses recursos e o grau de risco que se pode correr na procura de maiores rentabilidades.

2.3. Endividamento dos servidores públicos

O endividamento pode ser motivado por diversos fatores, como desemprego, má gestão do orçamento, como a dificuldade de preparar um planejamento de longo prazo que envolva receitas e despesas previstas (BRITO, et al., 2012).

Ribeiro et al. (2009) apresentam a teoria de Katona (1975) como um dos principais trabalhos de investigação sobre endividamento dentro do domínio da economia e da psicologia. Este clássico autor aponta três razões que esclarecem por que um indivíduo pode gastar mais do que recebe: 1) baixa renda, de modo que nem sequer é possível cobrir despesas essenciais, 2) alta renda, combinada com uma forte vontade de gastar, e 3) uma falta de anseio para

economizar (independentemente da renda). Seu estudo é relevante, pois trata a origem dos problemas de crédito não apenas a partir de fatores econômicos, mas também, por motivações psicológicas e comportamentais.

No Brasil, as principais causas do endividamento dizem respeito à falta de educação financeira, ao consumo excessivo, ao nível de renda baixa e, principalmente, à inversão de valores em que a maioria das pessoas acredita que o ter está acima do ser (LOPES *et al.*, 2014). A que merece destaque para este presente trabalho é justamente a ausência de educação financeira por parte dos servidores públicos efetivos e prestadores de serviço da instituição objeto deste estudo.

De acordo com Matsumoto *et al.* (2013) no setor público os servidores efetivos possuem mais vantagens se comparados aos trabalhadores da iniciativa privada, tais como: garantia de estabilidade no emprego; segurança da aposentadoria; salários fixos, em média, maiores; e flexibilidade de folgas, entre outras. Segundo o autor, destas vantagens a que merece mais destaque é o salário fixo, pois este é o principal pré-requisito que permite aos Bancos e Instituições Financeiras oferecerem como fonte de financiamento o tão temível empréstimo consignado. Nesta modalidade de empréstimo o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento e tem sido uma das grandes causas de endividamento no Brasil.

No contexto de servidores públicos, em especial no Estado da Paraíba, é comum também a existência de funcionários não efetivos ou não estáveis, do tipo prestadores de serviço e contratados, atuando em situação irregular nas instituições públicas, principalmente no setor de atenção à saúde. Esta prática fere os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência garantidos pelo Artigo 37 da Constituição Federal aos servidores da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Diferente dos servidores efetivos, estes não possuem estabilidade no emprego, nem segurança da aposentadoria ou salários fixos, que em média são menores. O agravante existente na instituição objeto deste estudo é o fato destes não possuírem uma data base de pagamento e ainda conviverem com a incerteza de pagamento, passando muitas vezes meses sem receber seus salários, que ficam acumulados e nunca são postos em dia.

Nesse contexto a educação financeira é fundamental, visto que influencia diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos e das famílias (MATSUMOTO *et al.*, 2013). Desse modo torna-se extremamente necessário ampliar a visão sobre o assunto também com relação aos servidores públicos e discutir a inserção da educação financeira na realidade destes indivíduos e suas famílias.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em um Hospital Público de médio porte localizado no município de João Pessoa-PB. A natureza do estudo é aplicada, pois gerou conhecimentos destinados à solução de problemas específicos relacionados

à educação financeira dos respondentes da pesquisa. Quanto à abordagem optou-se pela pesquisa quantitativa do tipo descritiva, pois estabelece relações apresentando características de um fenômeno buscando analisar as informações referentes à educação financeira dos colaboradores efetivos e prestadores de serviço do hospital em estudo.

O trabalho é caracterizado quanto aos procedimentos técnicos como pesquisa bibliográfica e de campo, e teve como instrumento de coleta de dados questionário aplicado com os funcionários da instituição em estudo. O caminho utilizado pelos pesquisadores foi o método dedutivo, constituído por meio de levantamento.

A amostra da pesquisa é não probabilística composta por colaboradores de um Hospital Público da cidade de João Pessoa, cujo quadro possui funcionários efetivos militares, efetivos civis, prestadores de serviço codificados, prestadores de serviço com matrícula e terceirizados de empresa contratada pela instituição objeto deste estudo.

A coleta dos dados ocorreu no mês de dezembro de 2014, por intermédio de um questionário anônimo composto por 28(vinte e oito) perguntas fechadas e está dividido em três grandes grupos, sendo: grupo I – 8 (oito) questões sobre o perfil sócio demográfico dos respondentes, grupo II – 14 (quatorze) questões sobre investimento e consumo, grupo III - 6 (seis) questões sobre endividamento.

Após a coleta dos dados, estes foram tabulados em planilha do *Microsoft Excel 2010*, a partir da qual foi desenvolvida a análise descritiva, através da elaboração de tabelas e gráficos demonstrativos dos dados. Depois, os dados foram transportados para a base de dados do *IBM SPSS Statistics 20.0*, para a realização de testes de hipóteses.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, inicia-se a análise dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários com a amostra investigada, composta integralmente pelos funcionários do Hospital público objeto desta pesquisa. A amostra total obtida foi de 183 respondentes. O questionário foi dividido em três grupos, sendo: Grupo I- Perfil dos respondentes, Grupo II- Análise dos hábitos de consumo e investimento e Grupo III- Análise do endividamento.

4.1. Perfil dos respondentes

Mais da metade dos entrevistados, cerca de 51,9%, se declara com idade entre 39 a 58 anos e 44,3% está na faixa etária entre 18 e 38 anos. Com relação ao gênero, 74,9% dos entrevistados é do sexo feminino, característica comum do tipo de organização por se tratar de um hospital, totalizando 137 mulheres e 46 homens. Quanto ao estado civil, 59% declaram-se casados ou estar em uma relação estável, seguido de 30,1% solteiros.

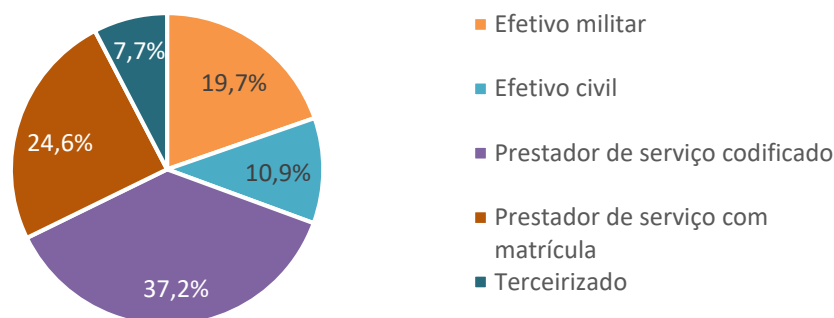


Figura 1 – Vínculo com a instituição objeto da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Quanto ao grau de instrução, foi revelado que 88,2% do total de respondentes possui um grau de instrução que varia entre o Ensino Médio Completo até Pós-Graduação e apenas 11,8% estão dentro daqueles que não chegou a concluir o ensino fundamental ou até o ensino médio. A educação financeira não é cultivada no ensino médio, fundamental e até no nível superior em nosso país. Portanto, ter grau de instrução elevado não implica em conhecimento sobre dinheiro, orçamento familiar e pessoal, bem como planejamento financeiro (BORGES E TIDE, 2010).

Conforme visualizado na Figura 1, o vínculo dos colaboradores pesquisados se dividiu entre efetivos militares (19,7%) efetivos civis (10,9%), prestadores de serviço codificados (37,2%), prestadores de serviço com matrícula (24,6%) e terceirizados de empresa contratada (7,7%). Para fins deste estudo consideraram-se como efetivos a soma total de efetivos civis com efetivos militares, sendo o restante considerado como não efetivos, isto é, prestadores de serviço e terceirizados.

A maioria da amostra é composta por pessoal do nível operacional, composto pelos prestadores de serviço e terceirizados (69,5%). Esta é uma característica própria da população daquela instituição, pois os efetivos civis e militares se apresentam em menor número (30,5%), justamente por ocuparem os cargos de nível estratégico e tático daquele hospital público.

Os efetivos militares e civis possuem estabilidade no emprego e data base para pagamento. Porém os prestadores de serviço codificados e com matrícula, bem como os terceirizados não possuem segurança de estabilidade e não possuem certeza de data de pagamento, ocorrendo em algumas ocasiões atrasos na remuneração mensal destes.

A pesquisa revelou que a residência de 44,3% dos respondentes é própria quitada, o que é muito positivo, seguido de 21,3% que residem em casa alugada e 17,5% que já possuem casa própria, porém financiada. A quantidade de moradores existentes em 31,2% das residências é de 4 moradores e 25% destas com 3 moradores.

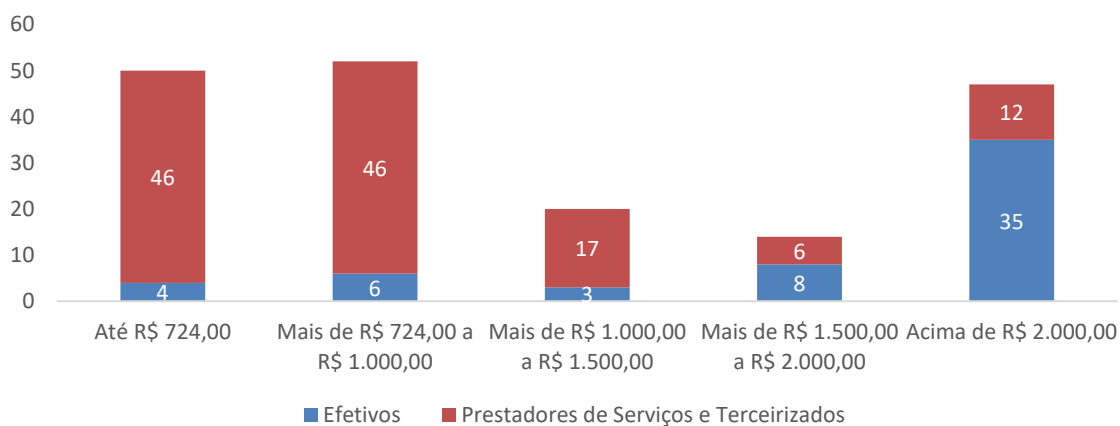


Figura 2 – Renda Mensal Líquida por Categoria de Vínculo Profissional

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Com relação à renda mensal líquida, percebe-se na Figura 2 que a renda mensal líquida predominante entre os prestadores de serviço e terceirizados se concentra nas três faixas iniciais de renda (de R\$0 a R\$ 724,00, mais de R\$ 724,00 a R\$ 1.000,00, mais de R\$1.000,00 a R\$1.500,00). Já mais da metade dos efetivos tem renda mensal líquida acima de R\$2.000,00. Isto pode se dá pelo fato destes ocuparem cargos de gerência e coordenação, isto é, cargos dos níveis estratégicos e táticos, que em geral são bem melhor remunerados.

4.2. Análise dos hábitos de consumo e investimento

No que tange aos hábitos de consumo e investimento, os respondentes foram indagados sobre qual pensamento surge quando compram, e 61,7% dos respondentes afirmaram que pensam em satisfazer necessidades, e 27,3% afirmaram que compram com o pensamento de aproveitar a oportunidade. Ao serem perguntados por que compram, 67,8% informaram que o fazem por necessidade, 23% compram porque planejaram e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram que compram por influência do marketing.

O consumo é um fator que gera endividamento, muitas vezes estimulado pelo apelo através da mídia e o do marketing que desperta nas pessoas o desejo de consumir e influencia sua tomada de decisão (BRITO et al, 2012). Os dados apresentados mostram que estratégias comerciais, como promoções, liquidações e créditos pré-aprovados têm pouca efetividade no grupo estudado, demonstrando que a maioria dos respondentes não compra por impulso.

O parcelamento de compras é uma prática comum nesta amostra de funcionários públicos, pois 87,4% afirmaram possuir compras parceladas, contra 12,6% que atualmente não mantêm esta prática. Isso demonstra que os respondentes preferem comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista.

Já sobre as formas de endividamento utilizadas de forma a aumentar a disponibilidade de recursos mensais, 64,5% do total dos respondentes tem utilizado cartões de crédito, por não possuir dinheiro disponível para as despesas

mensais. É importante salientar neste ponto que uma das variáveis que tornam claras a importância da educação financeira é a disponibilidade de crédito. Com a economia equilibrada e estável a disponibilidade de crédito aumenta, assim como o risco de endividamento. Tão importante quanto à disponibilidade do crédito é a orientação e compreensão dos consumidores com relação aos riscos de endividamento intrínseco a utilização exacerbada (BRITO et al, 2012).

Outro questionamento abordado no estudo se refere ao exercício de atividade laboral extra onde o resultado apresentado foi de 44,8% dos respondentes afirmando que desempenham outras atividades de trabalho além da que exercem no Hospital estudado. Destes, 83,6% não possuem vínculo efetivo na organização e tem renda mensal líquida acima de R\$2.000,00.

Quando perguntado se os entrevistados realizam o controle dos seus gastos mensais, 89,6% destes responderam que costumam realizar este controle, preocupando-se em gerenciar melhor o seu dinheiro. Em seguida, perguntou-se quais métodos eles utilizavam para realizar este controle. Os resultados são apresentados na Figura 3, a seguir.

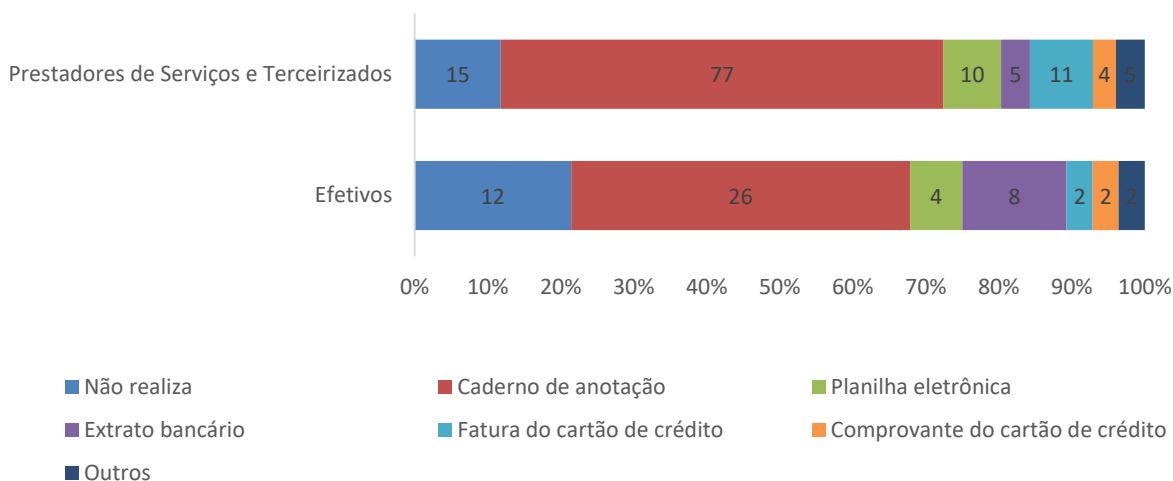


Figura 3 – Métodos de controle sobre os gastos mensais por Categoria Profissional

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

De acordo com a Figura 3, os funcionários efetivos costumam controlar menos os gastos mensais do que os prestadores de serviços e terceirizados (devido ao seu maior percentual dos que afirmaram não realizar este controle), o que pode indicar que a garantia de estabilidade no emprego e o salário fixo favorece a negligência dos funcionários públicos efetivos no que diz respeito ao controle e acompanhamento dos gastos. Sobre os métodos de controle, o mais utilizado tanto pelos servidores efetivos como pelos não-efetivos foi o caderno de anotação, seguido da fatura do cartão de crédito e do extrato bancário.

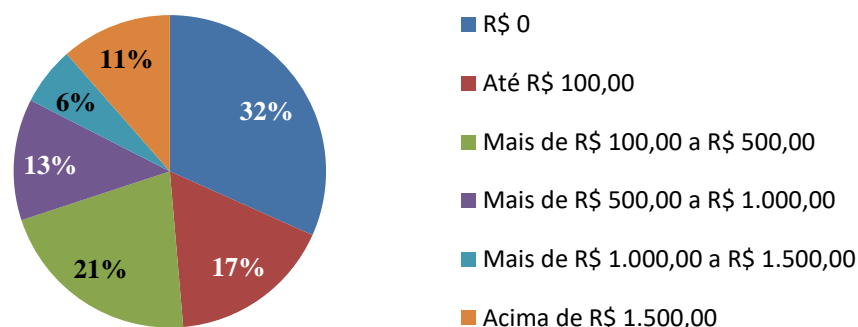


Figura 4 – Representação dos investimentos em relação à Renda Mensal Líquida

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Analisando agora se os entrevistados realizam investimentos, foi perguntado quanto da sua renda mensal líquida eles costumam investir. Do total, 32% dos respondentes atualmente não tem investido nenhuma parte de sua renda mensal líquida, 17% dos entrevistados afirmaram investir até R\$ 100, e 21% dos entrevistados de R\$ 100 a R\$ 500. Também foi perguntado o tipo de investimento realizado e, do total dos entrevistados, 52,5% afirmaram investir em poupança. Provavelmente grande parte dos respondentes não possui conhecimento de outras formas mais rentáveis de investimento existentes no mercado, e por isso investem em poupança. Segundo especialistas, fazer economias ou apenas conservar dinheiro na poupança sem um planejamento adequado, já deixou de ser a melhor opção frente a tantas outras encontradas no mercado financeiro.

Dos 32% dos respondentes que afirmaram não investir, foi apurado que 7,7% são funcionários efetivos e 92,3% são prestadores de serviço ou terceirizados. Isto pode se dever ao fato de que os prestadores de serviço e terceirizados já possuem grande parcela de sua renda mensal comprometida com prestações/obrigações e não veem como separar algum valor para investimento. Além disso, a média salarial dos prestadores de serviços ou terceirizados é menor que a dos funcionários efetivos.

Quando perguntados sobre qual a finalidade que costumam dar para o seu 13º Salário, férias ou outros tipos de bonificação trabalhista, 53% afirmou utilizar tais acréscimos salariais para quitar prestações ou obrigações em atraso, ou antecipar o pagamento de prestações / obrigações. Apenas 14,2% dos respondentes declarou que faz algum tipo de investimento com estes recursos.

O baixo grau de conhecimento financeiro está diretamente ligado ao endividamento e as dificuldades de formação de patrimônio ou reservas financeiras dos indivíduos, por isso desenvolver tal conhecimento ou ao menos noções básicas favorece o equilíbrio do orçamento familiar (BRITO *et al*, 2012). Nesse contexto a Figura 4 evidencia uma dificuldade por parte dos indivíduos analisados em formar patrimônio através de investimento, pois 32% dos respondentes atualmente não tem investido nada da sua renda mensal líquida, o que demonstra que a cultura salutar de investimento é reduzida na amostra.

Ao terem que responder por quanto tempo as suas atuais economias seriam capazes de financiar o atual padrão de vida em caso de perda total da sua fonte de rendimentos, 42% dos respondentes afirmaram não possuir economias suficientes para se autofinanciar, percentual maior do que os (32%) que afirmaram não investir. Já cerca de 31,7% possui economias suficientes para passar de 1 a 3 meses sem outra fonte de rendimento, seguidos de 14,8% que conseguiria suprir seu padrão de vida de 4 a 6 meses e 11,5% que se manteriam por períodos acima de 6 meses. Estes dados demonstram a falta de preocupação dos indivíduos da amostra em ter reservas para se precaver caso sejam demitidos ou impossibilitados de executar suas atividades laborais.

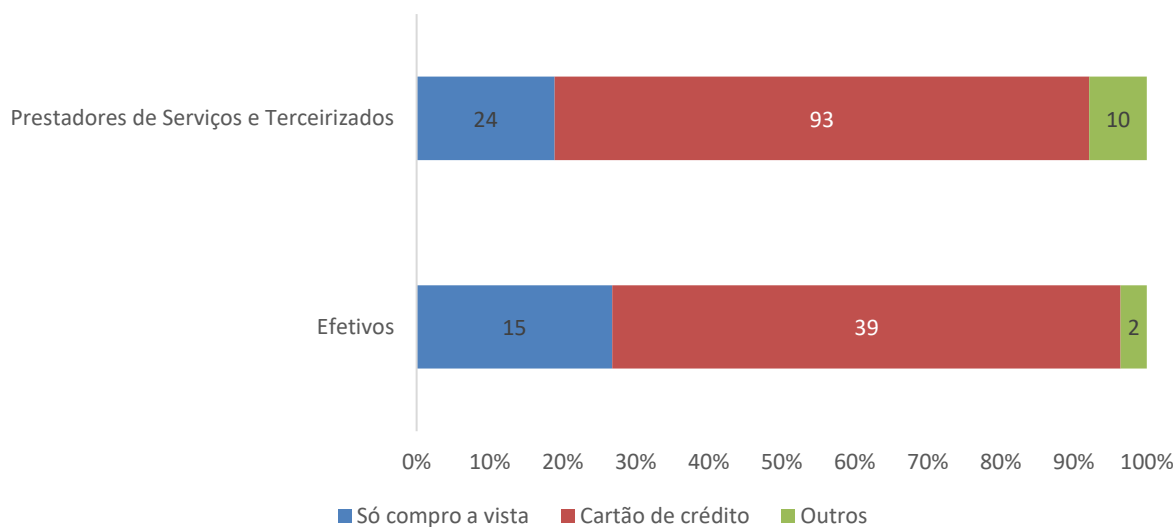


Figura 5 - Como os entrevistados realizam compras à prazo

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Quando perguntados sobre como realizam compras a prazo, a Figura 5 demonstra que aproximadamente 20% dos prestadores de serviços e terceirizados declararam só comprar à vista, enquanto que o percentual de efetivos nesta categoria aumenta para quase 30%. A maioria tanto dos terceirizados e prestadores de serviço como dos efetivos compra a prazo por meio do cartão de crédito.

Ao responderem sobre a forma mais utilizada para aquisição de bens de consumo duráveis 25,1% afirmou que sempre faz o pagamento à vista destes bens, contrastando com 37,15% que se utilizam do cartão de crédito, e 19,7% com financiamento bancário. Uma minoria se utiliza de consórcios Leasing, empréstimos consignados e outras formas de financiamento.

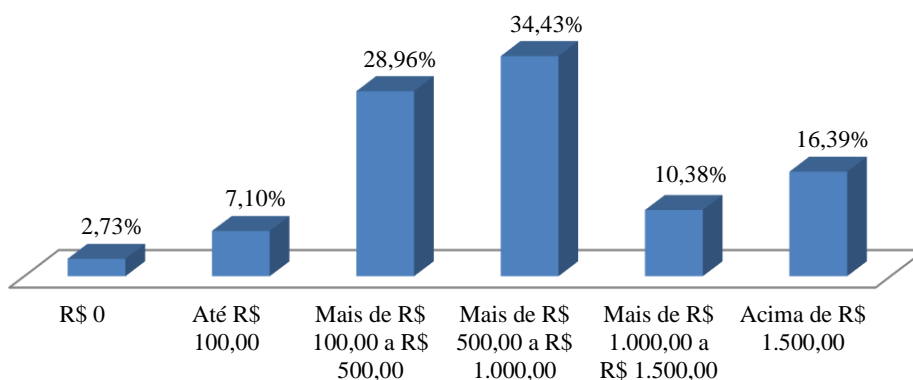


Figura 6 – Valor (R\$) da renda mensal comprometida com obrigações mensais

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Quando averiguados sobre o comprometimento da renda líquida mensal em prestações e obrigações mensais, a maior parte dos entrevistados está concentrada entre R\$100 até R\$1.000,00, conforme apresentado na Figura 6. Destes, a maioria são prestadores de serviço ou terceirizados (Figura 7) que recebem salários de até 1.500,00 e comprometem mais de 30% de sua renda mensal com obrigações/prestações, o que não é recomendável pelos especialistas. A maior parcela de efetivos está incluída no intervalo de comprometimento de renda entre mais de R\$1.000,00 e acima de R\$1.500,00, pelo fato destes terem uma média salarial maior.

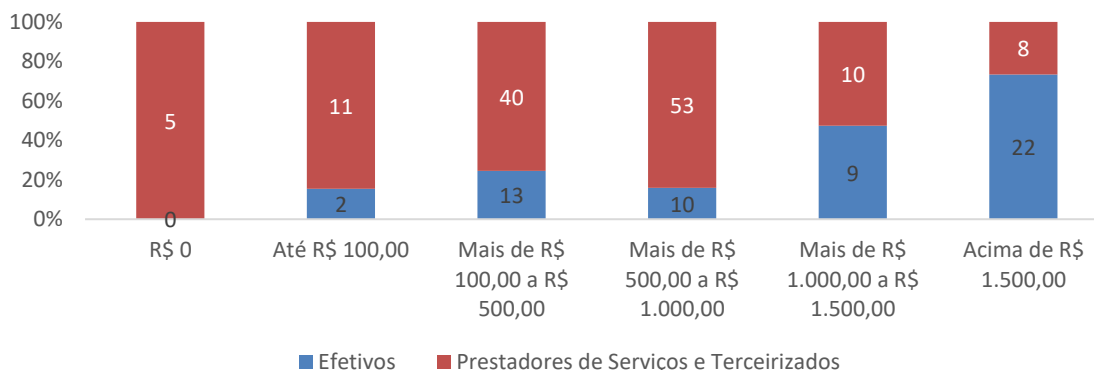


Figura 7 - Renda comprometida com obrigações mensais por categoria profissional

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Os colaboradores efetivos (73,33%) e prestadores de serviço (26,67%) que declararam ter acima de R\$1.500,00 de comprometimento da renda mensal com obrigações/prestações, possuem rendimentos acima de R\$ 2.000,00 e em sua maioria exercem atividade laboral extra para manter o seu padrão de vida atual. Conclui-se que a efetividade no emprego e renda mensal extra são pontos que provavelmente influenciam no comprometimento da renda dos respondentes efetivos na instituição.

4.3. Análise de Endividamento

No que tange ao nível de endividamento, ao serem indagados sobre a perspectiva de estarem endividados, 47,5% dos respondentes se consideram endividados, contra 52,5% que não se consideram endividados. Analisando por categoria, aproximadamente 52% dos prestadores de serviços e terceirizados se consideram endividados. Na categoria de funcionários efetivos, este percentual diminui para 37,5% de que se consideram endividados. O endividamento não está diretamente ligado à renda da pessoa, e sim a maneira como ele administra as suas receitas e despesas (CERBASI, 2003). Percebe-se que um pouco mais da metade dos respondentes não se consideram endividados, o que abre reflexões sobre até que nível de entendimento sobre os fundamentos financeiros os respondentes detêm.

Em relação à administração do pagamento de prestações/obrigações, 11,5% dos respondentes informaram que liquidam seus pagamentos adiantado, 72,7% pagam em dia e 15,8% apontaram que realizam seus pagamentos atrasados. Analisando por categoria profissional, os funcionários efetivos são minoria entre os que auto afirmaram realizar pagamentos em atraso, com relação a pagamentos em atraso. Isto pode ser explicado pelo fato de que os prestadores de serviços e terceirizados possuem certa incerteza no recebimento dos seus rendimentos, e também por comprometerem a sua renda mensal acima do recomendável.

No que se refere a possuir prestações em atraso, 26,8%, declararam que possuem prestações/obrigações em atraso, contra 73,2% que não possuem prestações/obrigações em atraso. Isto demonstra que a amostra em estudo tem o controle das suas prestações e senso de responsabilidade das obrigações que possui.

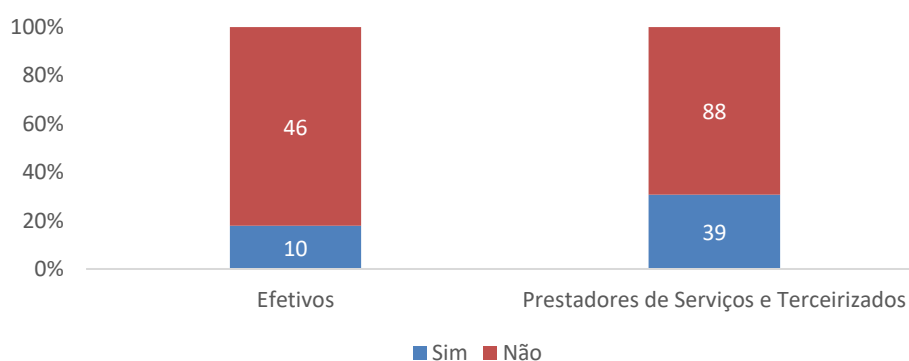


Figura 8 – Se o respondente possui prestações/obrigações em atraso

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

A Figura 8 demonstra que a grande maioria tanto dos prestadores de serviço como dos funcionários efetivos têm mantido o hábito de pagar em dia suas obrigações e prestações. Nesse contexto, pode-se afirmar que os que conseguem fazer o pagamento de suas obrigações mesmo recebendo a remuneração em atraso conseguem evitar gastos indesejados

e obter reservas que supram essas necessidades enquanto não recebem. Cerbasi (2004) afirma que o endividamento não está ligado a renda, e sim pela forma de administrar suas despesas e receitas.

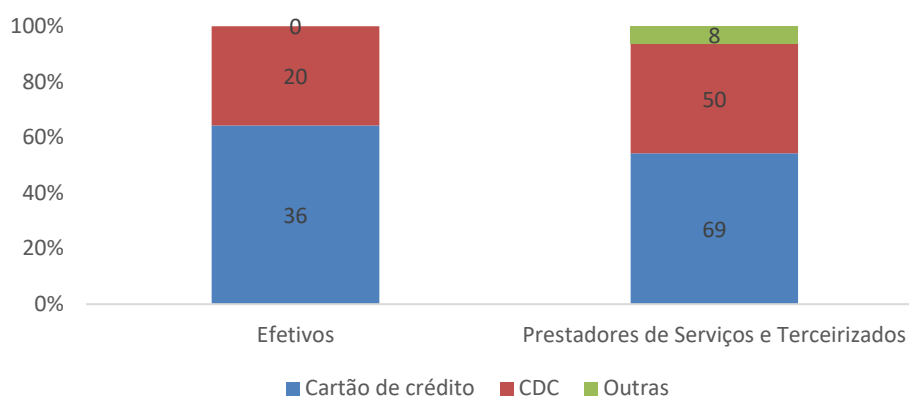


Figura 9 –Tipos de linha de crédito utilizadas para pagamento de prestações/obrigações

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Com relação à utilização de linhas de crédito para pagamento de prestações e obrigações, identificou-se que mais de 50% dos respondentes utilizam cartão de crédito, aproximadamente 40% utiliza o CDC e uma pequena parcela utiliza outras formas, tal como o cheque especial. Verificou-se que o cartão de crédito é a ferramenta mais usada para tal finalidade por ambas as categorias profissionais (Figura 9). Neste ponto, é preciso reforçar o nível de atenção, decorrente do fato do cartão de crédito ser uma das fontes de financiamento menos burocráticas do mercado, e conseqüentemente a que possui uma das mais elevadas taxas de juros do mercado, podendo vir a se tornar uma enorme fonte de desequilíbrio financeiro na eventual perda de controle.

E para que exista um controle, é necessária uma educação financeira básica, haja vista que é um fator chave para a tomada de decisão financeira e também proporciona investimentos controlados, pois a falta desse conhecimento faz com que as pessoas se endivitem mais, por destinarem grande parte de sua renda ao pagamento dos altos juros aos estabelecimentos de financiamento de crédito (FLORES, CAMPARA E VIEIRA, 2012).

No tocante à renegociação das prestações/obrigações, 54,1% dos respondentes declararam ter, em algum momento, já renegociado suas dívidas. Destes 19,7%, são funcionários efetivos e 80,3% são prestadores de serviço e terceirizados.

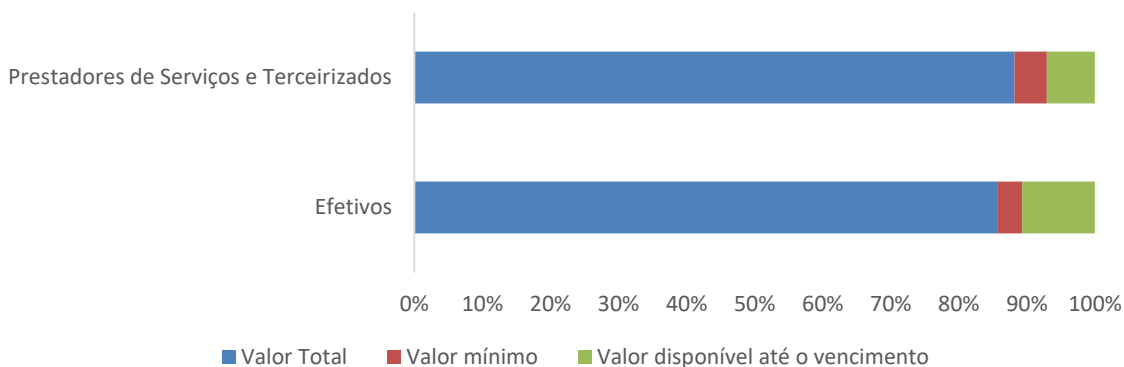


Figura 10 – Formas de pagamento da fatura do Cartão de Crédito

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2014)

Quando perguntados como costumam efetuar o pagamento da fatura do cartão de crédito, 87,4% dos entrevistados afirmaram que pagam o valor total da fatura, 4,4% pagam o valor mínimo e cerca de 8,2% paga o valor que possui disponível até o vencimento. Há grande proporção de respondentes que paga integralmente a fatura do seu cartão de crédito a fim de evitar encargos financeiros, o que demonstra que os mesmos conseguem identificar os custos gerados pela compra a prazo, o que lhes proporciona uma menor propensão ao endividamento. Esta questão é muito relevante, pois a compreensão dos custos incorridos sobre o uso do crédito pode levar o indivíduo a um maior controle evitando gastos desnecessários (FLORES, CAMPARA E VIEIRA, 2012).

Na Figura 10, percebe-se que os prestadores de serviço e terceirizados têm entre si um percentual relativamente maior dos que pagam o valor total da fatura, sendo esta diferença mínima em relação aos funcionários efetivos.

4.3. Testes Estatísticos

O perfil financeiro dos pesquisados começa a ser descrito pelos níveis de renda comparados aos gastos e investimentos realizados, os três em valores médios. Conforme estatísticas descritivas apresentadas na Tabela 1, a renda média se mostrou superior à média de gastos. Apesar disso, o valor mais frequente (renda na faixa dos R\$ 724,00 aos R\$ 1.000,00) e que gerou uma média salarial de R\$ 862,00 foi inferior à moda de gastos, de R\$ 1.250,00. Os investimentos, por sua vez, apresentaram média de R\$ 535,19. Conforme resultado anterior, são direcionados em sua maior parte à Poupança.

Tabela 1 - Renda e Comprometimento com Gastos e Investimentos

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Moda
Renda Média	183	R\$ 362,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.128,00	R\$ 862,00
Gastos Médios	153	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 987,91	R\$ 1.250,00
Investimentos Médios	162	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	R\$ 535,19	R\$ 50,00

Fonte: Elaboração própria com auxílio do SPSS 20.0 e do Microsoft Excel 2010

Obtidas as médias de renda e gastos, foi gerada uma nova variável denominada “equilíbrio financeiro” e calculada pela diferença entre renda e gastos (renda média menos gastos médios). Essa variável foi posteriormente correlacionada com o perfil socioeconômico, sendo significativa para gênero, grau de instrução, renda, estado civil e condição profissional.

Tabela 2 - Correlação entre Equilíbrio Financeiro e Perfil Socioeconômico

	Gênero	Grau de instrução	Renda Mensal	Ser Casado (a)	Ser efetivo
Coeficiente de Correlação	,197*	,342**	,765**	,173*	,378**
Significância	0,015	0	0	0,033	0
N	153	153	153	153	153

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Elaboração própria com auxílio do SPSS 20.0 e do Microsoft Excel 2010

Verificadas as correlações positivas, cada variável de perfil foi cruzada com o equilíbrio financeiro, começando pelo gênero, codificada como “1” (feminino) e “2” (masculino). Nesse primeiro caso se observa um nível de renda superior aos gastos entre os homens e inferior no caso das mulheres, estas apresentando, em média, desequilíbrio financeiro.

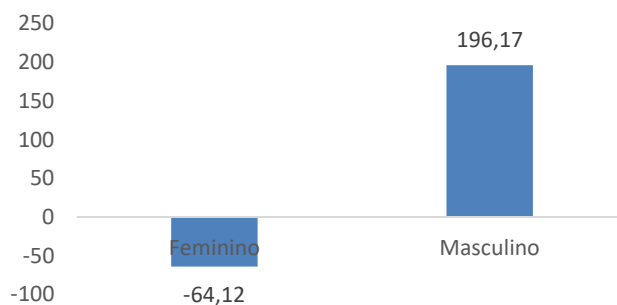


Figura 11 – Equilíbrio Financeiro e Gênero

Fonte: Elaboração própria

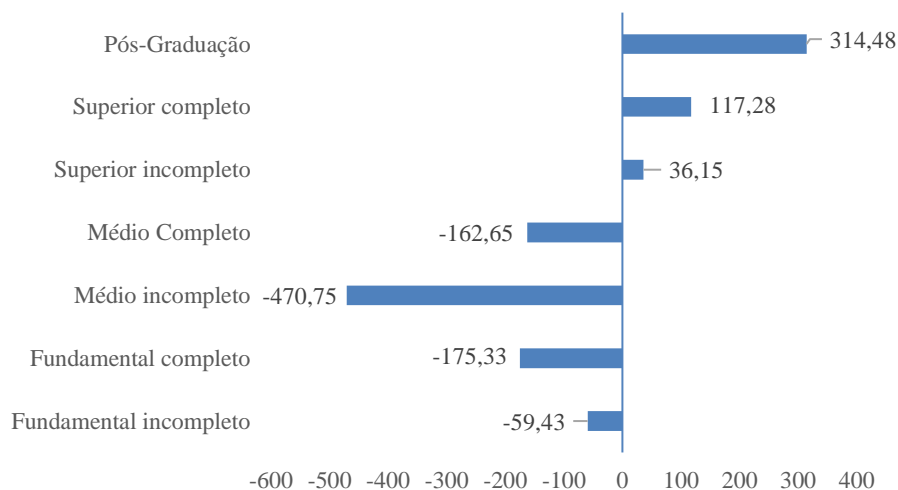


Figura 12 – Equilíbrio Financeiro e Nível de Escolaridade

Fonte: Elaboração própria

Em seguida, o equilíbrio financeiro foi sendo maior conforme nível de instrução, sendo a correlação ainda mais significativa (0,342) e com valores positivos (renda menos gastos) apenas para os níveis superiores. Chega a R\$ 314,48 o valor excedente da renda em relação aos gastos mensais entre profissionais com pós-graduação (Figura 12).

O equilíbrio financeiro dos profissionais pesquisados foi maior conforme nível de renda, com correlação de 0,765. Entre aqueles com renda de até R\$ 1.000,00 foi identificado desequilíbrio financeiro (gastos superiores aos ganhos). Acima de R\$ 1.000,00 começou a se identificar equilíbrio, chegando o valor excedente da renda sobre os gastos a um valor médio de R\$ 812,50 no nível de renda superior a R\$ 2.000,00.

No caso do estado civil, trata-se de uma variável *dummy* com valor “1” (se o estado civil for casado (a) ou união estável) e “0” para os demais estados civis. A correlação positiva, em conjunto com o gráfico demonstrativo do cruzamento com equilíbrio financeiro, demonstra que pessoas casadas são mais equilibradas financeiramente em relação a outros estados civis.

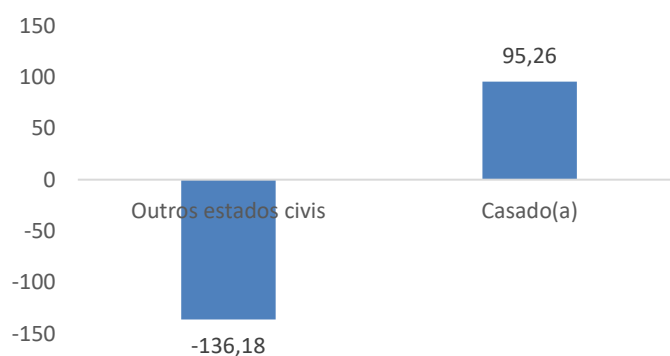


Figura 13 – Equilíbrio Financeiro e Estado Civil (Ser Casado)

Fonte: Elaboração própria

Por fim, foi identificada relação positiva e significativa da condição profissional de efetivo com o equilíbrio financeiro, este sendo bem menor no caso de terceirizados e prestadores de serviços. O servidor público efetivo militar e civil, portanto, se mostrou com maior controle de seus gastos, entre os profissionais do hospital.

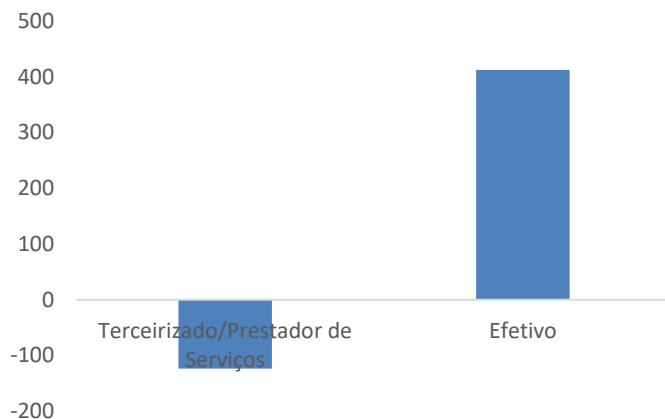


Figura 14 – Equilíbrio Financeiro e Condição Profissional (Ser Efetivo)

Fonte: Elaboração própria

Em uma análise do valor médio dos investimentos e sua relação com o controle de gastos, verificou-se maior volume investido entre os que afirmaram controlar os seus gastos. Identificado o valor de 844 para o teste de Man-whitney U (significativa de 0,028), o gráfico a seguir demonstra maior nível de investimentos entre os que controlam os gastos (Figura 15).

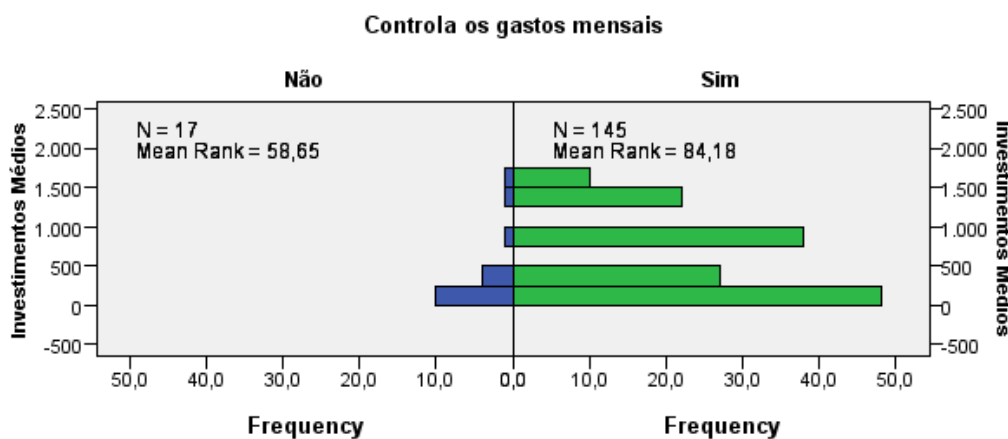


Figura 15 – Teste de Man-Whitney U para Investimentos e Controle de Gastos

Fonte: SPSS 20.0

Outro fator interessante no que se refere a investimentos é a finalidade de uso dos recursos provenientes do décimo terceiro salário. Os que responderam investir o 13º salário tiveram maior volume de investimento, com significância de 0,03 e teste de diferença de médias no valor de 1.899,5 em relação aos que responderam dar outras

finalidades ao décimo terceiro. Esse resultado indica que o volume de investimentos de parte significativa dos profissionais pesquisados provém do 13º salário.

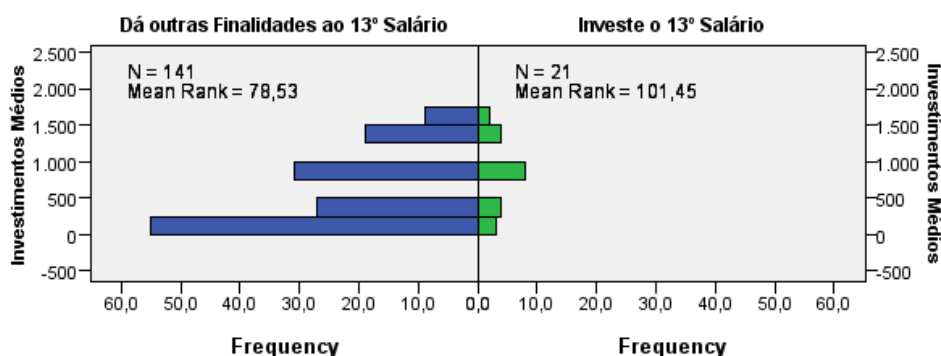


Figura 16 – Nível de Investimentos e Controle de Gastos (Sim ou Não)

Fonte: SPSS 20.0

5. CONCLUSÃO

Após percorrer todas as etapas da pesquisa, principalmente na interpretação dos dados coletados, em relação à educação financeira e ao hábito de consumo, verificou-se que os funcionários do hospital tanto efetivos quanto prestadores de serviços e terceirizados compram por necessidade. Observou-se também que os funcionários efetivos, os prestadores de serviços e terceirizados possuem compras parceladas e nesta prática de consumo mais da metade do grupo pesquisado constitui o público não efetivo.

A pesquisa aponta que os funcionários prestadores de serviços e terceirizados conseguem controlar mais seus gastos em relação aos efetivos, demonstrando que os funcionários efetivos foram mais negligentes na hora de gerenciar seus gastos mensais, isso no tocante ao registro e acompanhamento das despesas mensais.

Foi evidenciado que mais da metade da amostra utiliza a poupança como forma de investimento. Entretanto, esta parcela dos que poupam corresponde fundamentalmente aos funcionários efetivos. O estudo revelou que mais de noventa por cento dos terceirizados e prestadores não conseguem fazer algum tipo de investimento ou não investem nada da sua renda líquida. Isto pode se explicar pelo fato dos prestadores de serviço e terceirizados já possuírem grande parcela de sua renda mensal comprometida com prestações/obrigações e não verem como separar algum valor para investimento.

Também foi possível destacar que o público não efetivo utiliza bonificações e o décimo terceiro salário para quitar prestações e obrigações em atraso, o que comprova que não sobra recurso suficiente para investimento por parte desses funcionários. O estudo ainda demonstra que a maioria dos terceirizados e prestadores de serviço compra a prazo por meio do cartão de crédito e a maioria dos efetivos o fazem à vista. Com relação à utilização de alguns tipos de linha

de crédito para pagamento de prestações e obrigações grande parte do público não efetivo utiliza o cartão de crédito em relação aos efetivos.

Tanto os prestadores de serviços e terceirizados quanto os efetivos não se declararam endividados, porém as práticas de consumo demonstram o contrário, pois ao serem indagados sobre o valor em reais da renda mensal líquida comprometida com prestações e obrigações, quase dois terços da amostra assinalou um índice de endividamento superior a 30%. A falta de percepção de que estão no caminho do endividamento fica evidente ao se constatar um número significativo de respondentes que utiliza o 13º salário ou outras gratificações para quitar suas prestações em atraso.

A maioria dos prestadores de serviço e terceirizados já renegociou em algum momento prestações/obrigações em atraso parcela maior em relação aos efetivos, o que demonstra mais uma prática de consumo mal planejada desses funcionários.

Os resultados estatísticos confirmaram evidências descritivas de maior equilíbrio financeiro entre funcionários efetivos relativamente aos terceirizados e prestadores de serviços. Além disso, essa condição de equilíbrio se associou positivamente com o gênero masculino, nível de escolaridade, renda e condição civil de casado ou união estável. Identificou-se também maior volume de investimento decorrente do 13º salário, embora o destino desses recursos (Poupança) não seja o ideal. É evidente a necessidade de orientação financeira, especialmente dos que não têm estabilidade no emprego.

Tendo em vista a relevância do assunto como um todo para a sociedade, e o fato da população investigada estar inserida no contexto público, sugere-se a realização de capacitação dos servidores com relação à educação e planejamento na área de finanças pessoais, tendo em vista que possíveis descontroles financeiros podem ocasionar problemas sérios de endividamento, bem como levar a consequências maléficas significativas na atuação profissional.

6. REFERÊNCIAS

ANDERLONI, L. VANDONE, D. **Risk of Overindebtedness and Behavioural Factors**. In: Social Science Research Network, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>.

BORGES, P.R.S.; TIDE, FECILCAM. Educação financeira e sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços. **V Encontro de Produção Científica e Tecnológica (V EPCT)**. Anais do V EPCT, Fecilcam UEPR, Campo Mourão, 2010.

BRITO, L.S.; BAPTISTA, J.A.; SILVA, S.R.; BRAZ, S.; HENRIQUE, M. R..A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. **IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (IX SEGeT)**, Resende, 2012. Anais do IX SEGeT, 2012.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo. Editora Gente, 2004. 160 p.

FLORES, S.A.M; CAMPARA, J.P.; VIEIRA, K.M. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): Análise da Influência da Educação Financeira e de Variáveis Demográficas. **XV Seminários em Administração – FEA/USP, 2014**. Anais do XV SEMEAD. São Paulo, 2012.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

GIARETA, M. **Planejamento financeiro pessoal: Uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Administração - UFRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77602/000894439.pdf?sequence=1>.

KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 1975

LOPES, P.L.; GOMES, C.C.S.; SANTOS, E.R.; JUNQUEIRA, F.C.; FERREIRA FILHO, E.P. Levantamento do Perfil dos Idosos Aposentados e Pensionistas Usuários de Empréstimo Consignado do Município de Barra do Pirai/RJ. In: **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (XI SEGeT)**, Resende, 2014. Anais do XI SEGeT, 2014.

MATSUMOTO, A.S.; BOURAHLI, A.; MATTA, R.O.B.; REIS, E.S.O.S.M. Educação financeira: Estudo de caso com servidores públicos. **XXIV Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (XXIV ENANGRAD)**, Florianópolis, 2013. Anais do XXIV ENANGRAD, 2013.

PARABONI, A. L.; CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K.M; KUNKEL, F. R.; Alfabetização financeira dos estudantes universitários: construção de um indicador e a influência das variáveis demográficas e socioeconômicas. In: **XXIV ENANGRAD**, 2013, Florianópolis.

PICCINI, R. A. B; PINZETTA Gilberto: **Planejamento Financeiro pessoal e familiar**. Unoesc & Ciência - ACSA, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 95-102, jan./jun.2014 Santa Catarina,2014. Disponível em: <editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/viewFile/4555/pdf_23 > Acesso em: 25 out.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CORONEL. D. A.; FILHO, R. B.; Alfabetização financeira no sul do Brasil: modelagem e invariância entre gêneros. **1º Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, FGcef**, 2014. São Paulo.

RIBEIRO, C. A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. A.; TRINDADE, L. L.; MALLMANN, E. I. Finanças Pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. In: **XII Seminário de Administração - SEMEAD**, 2009, São Paulo. Anais do XII Seminário de Administração - SEMEAD, 2009.

VILAIN, J.S.B; PEREIRA, M.F. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Revista Gestão e Planejamento**. Salvador, v.14, n.3. p. 470-488, set/dez. 2013.